

Cristo e o bom ladrão existe uma relação de interpessoalidade entre o pecador e seu Salvador. A súplica para estar no reino significa na teologia de Lucas um pedido de perdão, uma prece pela presença do Senhor, pois a ausência da visão de Deus equivale, nesse sentido, à própria noção de desgraça eterna.

Já a expressão “amém te digo hoje” é o próprio reflexo midráxico do Deuteronômio quando YHWH faz o concerto com seu povo nas várias expressões pleonásticas vistas nessa tese. Em Mateus 5,34.35, existe a advertência para que ninguém jure, pois esse é um atributo que só pertence a Deus. Em Lucas 23,43, Jesus não somente jura, mas faz sua promessa solene ao qualificá-la com o advérbio “hoje”, também usado pelo Pai nas outras promessas de salvação feitas no Antigo Testamento.

Essa qualificação adverbial usada no pronunciamento de Cristo (“te digo hoje”) denota, em Lucas, as dimensões histórica e espiritual, sendo ambas de profundo nuança teológico. Assim, para a *escatologia historiográfica* de Lucas, o movimento de Jesus Cristo aconteceu de fato na história, e a prometida *παρουσία* continua sendo algo iminente pelo qual os cristãos devem esperar.

Contudo, não se deve incentivar a igreja de Cristo a esquecer o momento presente, como se a esperança residisse plena e unicamente no futuro. O amanhã da história secular é o hoje de Deus na história da redenção, ainda que em processo de espera por um desfecho. Noutras palavras, o hoje também é tempo escatológico de Deus, ainda que esteja sob a influência de um prazo intermediário (*Zwischenzeit*) que separa a promessa e seu cumprimento definitivo.

Rodrigo Pereira da Silva é doutor em Teologia bíblica. Leciona no Centro Universitário Adventista (UNASP).

A IGREJA LOCAL E A IGREJA UNIVERSAL

Cardeal Joseph Ratzinger

Os editores da revista *America* gentilmente convidaram-me para responder a um artigo do Cardeal Walter Kasper (23 de abril de 2001) no qual ele — o presidente do Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos — reagiu às minhas observações que, por sua vez, eram uma réplica a um texto anterior de Kasper no qual ele criticava profundamente uma importante afirmação de um documento da Congregação para a Doutrina da Fé. Por um bom tempo, hesitei em aceitar esse convite, pois eu não queria dar a impressão de que há uma antiga disputa teológica entre o Cardeal Kasper e mim, o que de fato não existe.

No entanto, após ter pensado muito, acabei por aceitar o pedido da revista *America*. Minha primeira reação é considerar que o artigo do Cardeal Kasper é uma resposta a textos muito desconhecidos tanto dos leitores alemães como dos americanos. O artigo de Walter Kasper que gerou o debate foi lido somente por especialistas, em uma publicação comemorativa (*Festschrift*). Meu próprio texto, que aborda um assunto muito mais abrangente e no qual somente duas das suas vinte e três páginas se referem a Kasper, foi publicado apenas parcialmente em alemão, como também em inglês (segundo meu conhecimento). Ainda que o Cardeal Kasper se empenhe sinceramente em seu “intercâmbio amigável” para informar os leitores sobre o que estava respondendo, dificilmente sua exposição poderá produzir uma imagem clara destes textos anteriores, ainda que eles sejam o foco de seu artigo.

É claro que eu não posso dar ao leitor uma noção satisfatória destes textos, entretanto pode ser proveitoso dar um pouco de atenção aos antecedentes desse desacordo a partir de uma perspectiva diferente, a fim de entender melhor a forma e o significado geral da discussão. Acima de tudo, porém, eu gostaria de convidar as pessoas a lerem os textos originais.

A segunda razão pela qual eu finalmente decidi escrever é algo agradável: a reação de Kasper às minhas afirmações clarifica alguns pontos cujo alcance os leitores dificilmente seriam capazes de entender bem, a menos que estivessem familiarizados com o antecedente. Por isso, parece-me importante destacar o progresso feito neste debate.

Tudo começou, como dito acima, não com algo que eu escrevi, mas com uma “Carta para os Bispos da Igreja Católica sobre alguns Aspectos da Igreja como *Communio*”, que foi publicada, com aprovação do Papa, pela Congregação para a Doutrina da Fé em 28 de junho de 1992. O termo *communio*, que teve um papel, a bem dizer, marginal nos textos do Concílio Vaticano II, foi deslocado para o centro da questão pelo Sínodo Extraordinário dos Bispos, de 1985 — e, ao fazer isso, o Sínodo estava de fato seguindo as intenções do Concílio. A partir do momento em que se passou a usar essa palavra, e abusar dela também, em diferentes acepções, pareceu apropriado fazer uma explanação, por parte do magistério, sobre o significado do termo eclesiologia de *communio*. Esse foi o propósito da Carta da Congregação para a Doutrina da Fé.

Nessa Carta, então, nós encontramos também o princípio de que a Igreja universal (*Ecclesia universalis*) é em seu mistério essencial uma realidade que supõe uma precedência, ontológica e temporal, sobre as Igrejas locais. Esse princípio foi recebido com uma crítica aguda de Walter Kasper — na ocasião, bispo de Rottenburg (Alemanha) —, que culminou na seguinte afirmação:

A fórmula torna-se profundamente problemática se a Igreja universal passar a ser, veladamente, identificada com a Igreja de Roma, e *de facto* com o Papa e com a Cúria. Se for isso, a carta da Congregação para a Doutrina da Fé não pode ser lida como uma ajuda no esclarecimento do significado de eclesiologia de comunhão, mas como sua recusa e como uma tentativa de restaurar o centralismo de Roma.

O ataque à carta doutrinal da Congregação para a Doutrina da Fé soa inicialmente, de um ponto de vista lingüístico, hipotético: se alguém identificar a Igreja universal com o Papa e com a Cúria, então a restauração do centralismo de Roma estaria perto. Mas a segunda parte da asserção, o ataque claro feito

em tom de afirmação, por alegar que há um desejo de restaurar Roma, somente faria sentido se Roma mesma estivesse pensando e agindo neste sentido, e não se tais interpretações fossem meramente propostas, por assim dizer, de um terceiro.

De fato, no mesmo artigo Kasper escreve o seguinte, não hipoteticamente: “Essa determinação conciliar teve, depois do Concílio (...) um outro desenvolvimento por parte da Congregação para a Doutrina da Fé, que significou, mais ou menos, o reverso disso”. Portanto, o texto de Kasper foi amplamente entendido em toda parte como uma advertência contra uma nova e velada forma de teologia do centralismo romano e como uma desaprovação enfática da Congregação para a Doutrina da Fé.

Uma advertência como essa, procedente de um bispo com credenciais de sólida teologia, tem muito peso. Se a teologia ou uma interpretação da fé feita pelo magistério é usada erroneamente para introduzir uma estratégia para ganhar poder ou para anular o concílio, trata-se de um caso sério. A crítica de Kasper, como sem dúvida tornou-se óbvio, não foi diretamente contra mim, mas contra um texto da Congregação para a Doutrina da Fé, que é um órgão da Santa Sé responsável pela doutrina. Por essa razão, alguns esclarecimentos foram inevitáveis.

Como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, tentei encontrar o caminho menos polêmico para aclarar o problema. Houve uma oportunidade quando fui convidado, na primavera de 2000, a falar — em um simpósio organizado por ocasião do 35º aniversário de conclusão do Concílio Vaticano II — sobre a visão eclesiológica de sua Constituição Dogmática sobre a Igreja (*Lumen gentium*). Na ocasião, tentei acima de tudo chamar a atenção para a ligação existente entre a Igreja e a questão de Deus: a Igreja não existe para si mesma, mas para servir à presença de Deus no mundo.

Nesse amplo, mencionei a relação entre a Igreja universal e as Igrejas locais. Durante esse processo, explanei brevemente que a carta da congregação nunca quis identificar a realidade da Igreja universal com o Papa e com a Cúria, e, conseqüentemente os receios suscitados por Kasper não tinham razão de ser. Em seguida, tentei apontar para as inúmeras implicações do termo “Igreja universal”, que, ao que parece, são abstratas.

O ponto mais positivo da resposta do Cardeal Kasper à minha fala é que ele deixou, silenciosamente, de lado a reprovação do seu primeiro artigo e logo chamou nosso debate de uma “controvérsia sobre uma disputa escolástica”. A tese da prioridade ontológica e temporal da Igreja universal sobre as Igrejas particulares passou a ser considerada uma questão “não de doutrina da Igreja, mas de opiniões teológicas e das diversas filosofias relacionadas”. A declaração feita pela Congregação para a Doutrina da Fé foi categorizada como minha teologia pessoal ligada a meu “platonismo”, enquanto Kasper reconheceu que sua perspectiva reflete mais uma aproximação aristotélica (tomista). Recompondo a disputa nessa direção, a questão foi basicamente deslocada para outro plano. A exortação não quis chamar a atenção para o fato de que a Congregação para a Doutrina da Fé teria em vista o centralismo, a restauração e a mudança em sua volta. Em vez disso, Cardeal Kasper notou dois pontos de vista teologicamente diferentes, que separam sua teologia da minha, mas que talvez possam e devam, coexistir pacificamente.

Além disso, “a disputa amigável” de Kasper acrescentou outros dois resultados. Ele enfatizou de um modo inequívoco — e eu sou muito grato a ele por isso — os fundamentos eclesiológicos que temos em comum e modificou sua rejeição da precedência ontológica e temporal da Igreja universal em relação às Igrejas locais, quando caracterizou a “preexistência” (propriamente entendida) da Igreja como condição indispensável para entendê-la.

Para ser mais claro, ele alega que tal preexistência se refere não somente à Igreja universal, mas também à Igreja concreta, a qual é composta “em e de” Igrejas locais. Contrário à noção de “primazia” da Igreja universal, ele defende a “tese da simultaneidade da Igreja universal e das Igrejas particulares”. Isso fica claro quando Kasper escreve: “A Igreja local e a Igreja universal são internamente recíprocas; elas se perpassam e são pericoréticas”.

Sem dúvida, eu posso aceitar essa fórmula; ela é válida para a Igreja, pois esta vive na história. Mas ela omite o ponto atual da questão referente à “preexistência” da Igreja. A fim de aclarar o que está em jogo aqui, cito algumas frases da minha conferência sobre o assunto. Nela afirmei que os Padres da Igreja viam a Igreja como um Israel maior que havia se tornado universal. A partir dessa perspectiva, também adotaram a visão rabínica sobre o significado da criação, que é baseada sobre a própria Bíblia.

Desse modo a criação é concebida em um caminho em que há um lugar para a vontade de Deus. Mas essa vontade necessita um povo que a viva e que faça dela a luz do mundo.

Olhando a partir da cristologia, essa imagem se expande e se aprofunda. A história está mais uma vez em conexão com o Antigo Testamento, interpretado como uma história de amor entre Deus e a humanidade. Deus mesmo procura e prepara para si a noiva do Filho, a única noiva, que é a Igreja. Com o mesmo vigor que o livro de Gênesis afirma que o homem e a mulher tornam-se “uma só carne” (Gn 2,24); a imagem da noiva funde-se com a imagem da Igreja como o corpo de Cristo, presente na devoção eucarística. O único corpo de Cristo está pronto; Cristo e a Igreja serão “uma só carne” e, desse modo, Deus será tudo em todos.

A idéia básica da história sagrada é a de unir os seres humanos no corpo de Cristo e, através deles, toda criação com Deus. Há somente uma noiva, somente um corpo de Cristo, e não muitas noivas, nem muitos corpos. A noiva, como os Padres da Igreja disseram e como afirma o Salmo 44, está vestida “com uma roupa de muitas cores”. O corpo tem muitos membros, mas o principal é a unidade. Portanto, variedade se torna riqueza somente através do processo de unificação.

Eu poderia somente repetir o que disse na minha conferência. Não posso entender como minha posição pode ser refutada por argumentos da teologia bíblica. A prioridade imanente à unidade, de uma noiva em vista de sua variedade essencial, parece ser evidente.

Ao mesmo tempo, em minha conferência tentei entender de onde vem a resistência a essa visão bíblica da história. Concluí que há dois motivos interligados. O primeiro é que mencionar a Igreja universal e sua procedência ontológica (ou deveríamos dizer teleológica?) em relação às Igrejas locais leva as pessoas imediatamente a pensar sobre o Papa e a Cúria, e a sentir a necessidade de se evitar o centralismo. Conseqüentemente, o problema do centralismo e do papel dos bispos locais também está na raiz da reação do Cardeal Kasper às minhas idéias.

Perdão se digo, de maneira tão franca, que essa relação, objetivamente falando, não faz sentido. A Igreja de Roma é uma Igreja local e não a Igreja universal — uma Igreja local com uma responsabilidade peculiar e universal, mas mesmo assim uma Igreja local. A afirmação da precedência interna da idéia de Deus referente à única Igreja sobre todas as suas realizações empíricas nas Igrejas particulares não tem nada a ver com o problema do centralismo.

Uma vez que isso foi aclarado, resta ainda outra questão: por que essa associação foi feita por pessoas de todas as partes, até mesmo por um teólogo tão importante como Walter Kasper? O que fez as pessoas suspeitarem que a tese da prioridade de uma concepção divina de Igreja em relação às Igrejas locais devia ser uma manobra do centralismo romano?

Isso nos mostra a segunda razão pela qual as evidências do campo bíblico não são, de fato, funcionais atualmente. O termo “Igreja universal” é compreendido somente como o Papa e a Cúria. Parece, como Kasper diz em sua resposta, citando Henri de Lubac, ser pura abstração. Eis por que em minha conferência fiz um esforço deliberativo para apresentar a realidade prática da Igreja Católica e como ela atualmente funciona, em estreita ligação com a “Constituição Dogmática sobre a Igreja”.

Para minha surpresa, o Cardeal Kasper não disse nenhuma palavra sobre essa extensa e central passagem do meu texto. Só posso fazer aqui uma síntese das minhas observações. Mostrei que o Concílio responde a questão sobre a visibilidade da Igreja universal como tal quando fala sobre os sacramentos.

Em primeiro lugar está o batismo. É um evento trinitário e plenamente teológico. Significa muito mais do que ser socializado na Igreja local (...). O batismo não procede da comunidade local; mas, nele, abrem-se as portas da Igreja única para nós; ele é a presença da Igreja única, e ele só pode vir dela — da Jerusalém celeste que está acima, nossa nova mãe. No batismo, a Igreja universal continuamente precede e cria a Igreja local.

A partir desses elementos fundamentais, a carta da Congregação para a Doutrina da Fé pode afirmar que não há estrangeiros na Igreja. Todos estão em casa em todo lugar (...). Qualquer batizado na Igreja em Berlim está

sempre em casa na Igreja em Roma, em Nova York, em Kinshasa (Congo), em Bangalore (Índia) ou onde quer que seja. É como se ele(a) tivesse sido batizado(a) no lugar onde está. Ele(a) não precisam requerer um formulário para mudança de endereço; a Igreja é única e a mesma. O batismo procede dela e salva-nos (nos gera) dentro dela.

Para minha alegria, eu estava presente quando o Cardeal Kasper, recentemente, pôs em debate o seu argumento sobre a Igreja. Nessa ocasião, citou um exemplo de sua própria vida. Muito cedo, Kasper e seus pais tiveram de deixar Paris, onde ele havia sido batizado — com o batismo, porém, ele não tinha sido socializado nessa comunidade particular, mas havia nascido para a Igreja única. Tenho a impressão que esta afirmação esclarece a controvérsia que está em questão aqui. Gostaria de destacar só mais um ponto da minha conferência: o conteúdo concreto da expressão “Igreja universal”. Especificamente sobre a palavra Deus afirmei que: qualquer pessoa que fala do batismo está automaticamente se referindo à palavra de Deus, a qual, para toda a Igreja, é somente uma e sempre precede a Igreja em todos os lugares, congrega-a e a edifica. Essa palavra está sobre e na Igreja, e foi confiada a ela como sua seiva vital. Para tornar-se presente na história, a palavra de Deus precisa desse substrato; mas ele não pode subsistir sem o poder vivificante da palavra, que faz dele, antes de tudo, um substrato. Quando falamos da palavra de Deus, também nos referimos ao Credo, que está no centro do evento do batismo. Ele é um caminho que a Igreja percorre para chegar à palavra, é palavra e resposta ao mesmo tempo. Nele também a Igreja universal, a única Igreja, está completa, concreta e palpavelmente presente.

Se alguém afasta do conceito de Igreja universal toda a falsa associação com política eclesial, e se atém a ela em seu verdadeiro conteúdo teológico, que é também prático, então torna-se claro que o argumento sobre a política eclesial omite o centro da questão. É claro que o problema não está no platonismo ou no aristotelismo, mas na noção-chave de história da salvação na Bíblia. Então ninguém pode dizer que o “o ponto de vista universalista” da Igreja não é “ecumenicamente desejável”.

Realmente gostaria de continuar discorrendo sobre muitos outros pontos que Kasper mencionou — por exemplo, suas objeções à minha análise do

relato de Pentecostes nos Atos dos Apóstolos. Mas talvez seja melhor deixar isso para uma palestra futura .

Gostaria de acrescentar ainda uma pequena observação humorística. Na seção "Perspectivas Históricas", que proporciona, em poucas palavras, uma boa informação sobre questões essenciais, o Cardeal Kasper, citando J. Gnilka, observa que "em Paulo a comunidade local está em foco". Mas para Rudolf Bultmann é exatamente o oposto. De acordo com Bultmann:

(...) a organização da Igreja cresceu, inicialmente, a partir da consciência de que a comunidade como um todo tinha precedência sobre as comunidades individuais. Um sintoma disso é que a palavra *ecclesia* (Igreja) era usada para referir, em primeiro lugar, não a comunidade local, mas o "povo de Deus" (...). A noção da prioridade da Igreja como um todo sobre a comunidade local é mais próxima à comparação da *ecclesia* com o *soma Christou* (corpo de Cristo), que abrange todos os crentes. (*Theology of the New Testament*. 3. ed. Tübingen, s.n., 1958. p. 96)

Essa diferença entre Gnilka e Bultmann mostra, antes de tudo, a relação dos juízos exegéticos. Ainda, ela é instrutiva em nosso caso, pois Bultmann, que defende vigorosamente a tese da precedência da Igreja universal sobre a Igreja local, certamente não pode ser acusado de platonismo ou de defensor do centralismo de Roma. Talvez Bultmann foi capaz de ler e explicar os textos de maneira mais aberta justamente porque ficou de fora da controvérsia.

Tradução do texto publicado em inglês [cf. *América*, v. 186, 19 de novembro de 2001], feita por Anoar Jarbas Provenzi.

Endereços Paulinas

▶ 49010-190 **ARACAJU** – SE
Rua Itabalantina, 155-A – Centro
Tels.: (79) 3041-0379/3041-0824 – Fax: (79) 213-1270

▶ 66010-090 **BELÉM** – PA
Rua Santo Antônio, 278
Tels.: (91) 241-3607/241-4845 – Fax: (91) 224-3482

▶ 30140-081 **BELO HORIZONTE** – MG
Rua Bernardo Guimarães, 765
Tel.: (31) 3261-6623 – Fax: (31) 3261-3384

▶ 30170-120 **BELO HORIZONTE** – MG
Rua Curitiba, 870
Tel.: (31) 3224-2832 – Fax: (31) 3224-2208

▶ 70300-500 **BRASÍLIA** – DF
SCS – Q. 05 – Bl. C – Lojas 18/22
Tel.: (61) 225-9595 – Fax: (61) 225-9219

▶ 80020-000 **CURITIBA** – PR
Rua Voluntários da Pátria, 225
Tel.: (41) 224-8550 – Fax: (41) 223-1450

▶ 60025-100 **FORTALEZA** – CE
Rua Major Facundo, 332
Tels.: (85) 226-7544/226-7398 – Fax: (85) 226-9930

▶ 74010-010 **GOIÂNIA** – GO
Av. Goiás, 636 – Centro
Tels.: (62) 224-2329/224-2585 – Fax: (62) 224-2247

▶ 58010-821 **JOÃO PESSOA** – PB
Rua Duque de Caxias, 597
Tels.: (83) 241-5591/241-5636 – Fax: (83) 241-6979

▶ 57020-320 **MACEIÓ** – AL
Rua Joaquim Távora, 71
Tel.: (82) 326-2575 – Fax: (82) 326-6561

▶ 69005-140 **MANAUS** – AM
Av. 7 de Setembro, 665
Tels.: (92) 233-5130/633-4251 – Fax: (92) 633-4017

▶ 87013-130 **MARINGÁ** – PR
Av. Getúlio Vargas, 276
Tel.: (44) 226-3536 – Fax: (44) 226-4250

▶ 59025-500 **NATAL** – RN
Rua João Pessoa, 224
Tel.: (84) 212-2184 – Fax: (84) 212-1846

▶ 24020-320 **NITERÓI** – RJ
Rua Dr. Borman, 33 – Rink
Tel.: (21) 622-1219 – Fax: (21) 622-9940

▶ 90020-008 **PORTO ALEGRE** – RS
Rua dos Andradas, 1212
Tel.: (51) 221-0422 – Fax: (51) 224-4354

▶ 78900-010 **PORTO VELHO** – RO
Rua Dom Pedro II, 864
Tel.: (69) 224-4522 – Fax: (69) 224-1361

▶ 50010-120 **RECIFE** – PE
Rua Frei Caneca, 59 – Loja 1
Tels.: (81) 3224-5812/3224-6609 – Fax: (81) 3224-9028

▶ 20050-005 **RIO DE JANEIRO** – RJ
Rua 7 de Setembro, 81-A
Tel.: (21) 232-5486 – Fax: (21) 224-1889

▶ 40060-001 **SALVADOR** – BA
Av. 7 de Setembro, 680
Tels.: (71) 329-2477/329-3668 – Fax: (71) 329-2546

▶ 65015-440 **SÃO LUÍS** – MA
Rua de Santana, 499
Tels.: (98) 232-3068/232-3072 – Fax: (98) 232-2692

▶ 04010-100 **SÃO PAULO** – SP
Rua Domingos de Moraes, 660
Tel.: (11) 5572-4051 – Fax: (11) 5549-7825

▶ 01013-001 **SÃO PAULO** – SP
Rua XV de Novembro, 71
Tels.: (11) 3106-4418/3106-0602 – Fax: (11) 3106-3535

▶ 05577-300 **SÃO PAULO** – SP
Via Raposo Tavares, km 19,145
Tel.: (11) 3782-0096 – Fax: (11) 3782-0972

▶ 08010-090 **SÃO PAULO** – SP
Av. Marechal Tito, 981 – S. M. Paulista
Tel.: (11) 297-5756 – Tel./Fax: (11) 6956-0162

▶ 29010-060 **VITÓRIA** – ES
Rua Barão de Itapemirim, 216
Tel.: (27) 223-1318 – Fax: (27) 222-3532

▶ Telemarketing: **0800-7010081**

Rua Domingos de Moraes, 678 – Térreo
04010-100 – São Paulo - SP
Tel.: (11) **5081-9333**
Fax: (11) **5081-9421**
www.paulinas.org.br
E-mail: marketing@paulinas.org.br